

ESTUDOS DO COMUM NO BRASIL: APORTE S INICIAIS

Levantamento Bibliográfico comentado

Francisco Felipe de Aguiar Pinheiro

Professor da SEDUC-CE. Graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutor e mestre em Educação pela mesma instituição, com especialização em gestão educacional pela Sociedade Beneficente Padre Vale - SOBPEV. Atualmente dedica-se ao estudo do pensamento de Paul Ricoeur. E-mail: felipe.pinheiro@aluno.uece.br.

ESTUDOS DO COMUM NO BRASIL: APORTEIS INICIAIS

Levantamento Bibliográfico comentado

STUDIES OF THE COMMON IN BRAZIL: INITIAL CONTRIBUTIONS

Annotated Bibliographic Survey

Francisco Felipe de Aguiar Pinheiro

RESUMO

Este levantamento bibliográfico, acompanhado de breves comentários, surgiu da inquietação sentida com a produção e debate coletivo do texto Os comuns, o passado e o futuro: ensaio sobre a atualidade historiográfica e política de E. P. Thompson. Tal inquietação foi motivada pela reduzida bibliografia sobre o comum que encontramos na historiografia. Movidos por essa ausência, empenhamo-nos em pesquisar e mapear como essa produção tem se efetivado no Brasil em várias áreas do conhecimento, bem como em identificar as principais produções internacionais traduzidas para o português. O levantamento a seguir não pretende ser uma lista exaustiva e completa sobre o tema, mas sim um esboço introdutório que possa auxiliar na elaboração de novas pesquisas voltadas para a temática. Nossa preocupação em organizar as produções sobre o comum por área do conhecimento pode ferir, em parte, o caráter fundamentalmente transdisciplinar do objeto; todavia, não o fazer seria, a nosso ver, de grande ingenuidade em face de saberes tão entrincheirados e segregados quanto os do meio intelectual brasileiro. Por fim, é importante ressaltar que sempre optamos por destacar a edição mais recente das obras arroladas. **Palavras-chave:** Comuns, Historiografia, Ciências Humanas

ABSTRACT

This bibliographical survey, accompanied by brief commentaries, arose from the restlessness felt with the production and collective debate of the text The commons, the past and the future: an essay on the historiographical and political relevance of E. P. Thompson. Such restlessness was motivated by the limited bibliography on the common that we found in historiography. Driven by this absence, we endeavored to research and map how this production has been carried out in Brazil in various areas of knowledge, as well as to identify the main international productions translated into Portuguese. The following survey does not intend to be an exhaustive and complete list on the subject, but rather an introductory sketch that may assist in the elaboration of new research focused on the theme. Our concern in organizing the productions on the common by area of knowledge may, in part, harm the fundamentally transdisciplinary character of the object; however, not to do so would be, in our view, of great naivety in the face of knowledge as entrenched and segregated as that of the Brazilian intellectual milieu. Finally, it is important to emphasize that we have always chosen to highlight the most recent edition of the listed works. **Keywords:** Commons, Historiography, Human Sciences.

1. ANTROPOLOGIA (PRODUÇÃO NACIONAL)

- **Livros**

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pastos: terras tradicionalmente ocupadas.* Manaus: PGSCA–UFAM, 2008. Esta obra é voltada para os estudos dos comuns brasileiros, mapeando e analisando as diversas modalidades de organizações e usos comunais no Brasil. Ela fornece uma contribuição crucial ao demonstrar que o “tradicional” não se reduz ao histórico, mas incorpora reivindicações presentes com identidades coletivas redefinidas situacionalmente. Rompe, assim, com visões evolucionistas e apresenta o comum como entrelaçado aos processos de atualização do passado.

2. ARTES (PRODUÇÃO NACIONAL)

- **Teses**

ROMAGNOLLI, Luciana Eastwood. *Dramaturgias conviviais: formas para experiências do comum.* São Paulo : Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2019. Tese de Doutorado em Teoria e Prática do Teatro. A tese representa uma contribuição aos estudos do comum no Brasil ao deslocar o debate do campo filosófico-político para o território das práticas teatrais. Esta perspectiva envereda para uma linha de investigação que articula estética, política e teoria do comum através da noção de “convivialidade dramatúrgica”. A noção de “dramaturgias conviviais” representa uma inovação teórica que comprehende as práticas teatrais como tecnologias de produção do comum. Diferentemente de abordagens que tratam a arte como “representação” do político, Romagnolli trata de como a dramaturgia constitui efetivamente experiências comunitárias.

3. ARQUITETURA (PRODUÇÃO INTERNACIONAL TRADUZIDA)

- **Livros**

STAVRIDES, Stavros. *Espaço comum: a cidade como obra colectiva.* Lisboa: Unipop, 2016. O arquiteto e teórico grego desenvolve uma crítica contundente aos processos de privatização e mercantilização do espaço citadino, articulando conceitos da geografia crítica

com a filosofia política contemporânea. Sua principal contribuição reside na proposição de “espaços liminares” — territórios de experimentação social que escapam tanto à lógica estatal quanto à do mercado. Stavrides demonstra como movimentos sociais urbanos criam “enclaves emancipatórios” que prefiguram formas alternativas de organização espacial baseadas no comum. A obra é particularmente relevante por sua abordagem empírica, que analisa experiências concretas de ocupações urbanas, praças públicas autogeridas e processos de gentrificação resistente. Seu foco, no entanto, concentra-se principalmente na Europa.

4. AUDIOVISUAIS (PRODUÇÃO NACIONAL)

- **Documentários**

CHÃO. Direção: Camila Freitas. Produção: Marina Meliande e Maurílio Martins. Rio de Janeiro: Duas Mariola Filmes, 2019. 1 filme (112 min). Esta produção documental acompanha a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela desapropriação de uma usina de cana-de-açúcar falida em Goiás. O filme é uma abordagem poderosa da construção do comum na prática. Ele não apenas mostra a ocupação da terra, mas todo o processo de construção de uma nova forma de vida: as assembleias, a divisão do trabalho, a produção agroecológica, as celebrações e os conflitos. A câmera da produção se insere de forma íntima no cotidiano do acampamento, revelando como as relações comunais são forjadas no dia a dia, na luta por terra, trabalho e dignidade. Chão é um documento audiovisual importante para compreender o que significa o “fazer comum” no contexto brasileiro, onde a luta pela terra continua a ser um vetor central das lutas políticas.

5. BIOLOGIA (PRODUÇÃO INTERNACIONAL TRADUZIDA)

- **Artigos**

HARDIN, Garrett. Rio de Janeiro, 10 de maio 2011. Disponível em: http://www.garretthardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html. Acesso em: 15/08/25. O artigo de Garrett Hardin é, paradoxalmente, um texto de impacto dificilmente contornável e a mais problemática contribuição para o debate sobre o comum. Sua força reside na criação de uma metáfora poderosa e de fácil compreensão: a de que recursos compartilhados, quando acessados livremente por indivíduos que buscam maximizar

seu ganho pessoal, estão inevitavelmente destinados à ruína. A principal crítica ao trabalho de Hardin, consolidada posteriormente por pesquisadores como Elinor Ostrom e E. P. Thompson, é que ele comete um erro conceitual e metodológico fundamental: ele não descreve um “comum” em sua concretude, mas sim um regime abstrato de “acesso livre” (um “salve-se quem puder”).

6. CIÊNCIA POLÍTICA (PRODUÇÃO NACIONAL)

- **Livros**

SILVA, Fabrício Pereira da. *Em busca da comunidade: caminhos do pensamento crítico no Sul Global*. São Paulo: Elefante, 2024. A obra propõe uma “descolonização epistêmica e cognitiva” dos estudos do comum. Conforme indica o comentário de Maria Paula Meneses, a obra confronta “as devastações geradas pelo capitalismo e pelo colonialismo” através da análise de perspectivas distintas sobre o “nossa comum”. A obra analisa conceitos como “negritude, socialismos africanos, ubuntu, Bem Viver e felicidade nacional bruta”, oferecendo uma cartografia teórica que amplia significativamente o repertório conceitual dos estudos do comum. Esta contribuição é especialmente relevante por abordar como diferentes tradições culturais desenvolveram formas próprias de pensar e praticar a comunalidade, oferecendo alternativas concretas ao individualismo possessivo ocidental.

7. COMUNICAÇÃO (PRODUÇÃO NACIONAL)

- **Teses**

FOLETTTO, Leonardo. *A cultura é livre: uma história da resistência antipropriedade*. 1^a ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. A obra representa uma contribuição significativa e multifacetada para os estudos do comum, oferecendo uma perspectiva histórica abrangente que conecta práticas ancestrais de criação coletiva com os movimentos contemporâneos de cultura livre. O livro articula de forma perspicaz diferentes tradições teóricas e práticas sociais que convergem para a defesa dos bens comuns intelectuais e culturais.

ROZA, Erick Andre. *Internet e política: estudos a partir do netativismo e do comum digital*. 2017. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de

Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Roza oferece uma reelaboração crítica do conceito de netativismo, buscando superar abordagens instrumentalistas que reduzem a internet a mero “meio” de organização política. Sua principal inovação reside na compreensão do netativismo como prática constitutiva do comum digital, onde as tecnologias não são apenas ferramentas, mas ambientes de produção de novas subjetividades políticas.

■ **Artigos**

VIEIRA, Miguel Said. “Bens comuns: uma análise linguística e terminológica”. *Matlit: Materialidades da Literatura*, v. 3, n. 1, p. 99-110, 2015. Trata-se de uma análise referente às questões terminológicas envolvidas na tradução do conceito de “*commons*” para o português. Fundamental para os estudos linguísticos sobre o tema, o texto discute as implicações da adoção do termo “bens comuns” e suas variações, oferecendo subsídios teórico-metodológicos para pesquisas sobre a interface entre linguagem e práticas colaborativas.

8.1. DIREITO (PRODUÇÃO INTERNACIONAL TRADUZIDA)

■ **Livros**

GROSSI, Paolo. *História da propriedade e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. Esta obra apresenta uma análise histórico-jurídica sobre a invenção moderna da propriedade privada absoluta. Grossi demonstra a pluralidade de formas proprietárias medievais e a artificialidade da propriedade liberal, o que é essencial para desnaturalizar o direito de propriedade. Sua principal limitação reside na visão demasiado centrada no mundo europeu.

GROSSI, Paolo. *O mundo das terras coletivas: itinerários jurídicos entre o ontem e o amanhã*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021. A obra representa uma contribuição significativa ao estudo da propriedade coletiva sob uma perspectiva histórico-jurídica. O autor oferece uma análise que transcende as fronteiras temporais ao conectar experiências históricas de propriedade comunal com questões jurídicas contemporâneas. Esse vai-e-vem entre passado e futuro ajuda, inclusive, a pensar o comum fora de marcos estritamente eurocêntricos.

8.2. DIREITO (PRODUÇÃO NACIONAL)

▪ Livros

ALVES, Rafael de Oliveira. *O Comum e a Cidade: Notas sobre Política, Direito e Espaço.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018. A contribuição da obra reside na articulação entre teoria política do comum e análise do direito urbanístico brasileiro, demonstrando como o marco regulatório vigente tanto possibilita quanto constrange experiências de gestão coletiva do espaço urbano. O trabalho destaca-se pela análise das contradições entre o direito à cidade e os mecanismos jurídicos de proteção da propriedade privada. Alves desenvolve crítica ao conceito liberal de propriedade, propondo alternativas conceituais baseadas na noção de “direitos de uso comum” inspirada em Elinor Ostrom e nos movimentos de moradia urbana brasileiros.

MENDES, Alexandre F.; CAVA, Bruno. *A constituição do comum: antagonismo, produção de subjetividade e crise do capitalismo.* Rio de Janeiro: Editora Revan, 2017. A obra apresenta uma perspectiva teórica que situa o comum como força produtiva que emerge das contradições do capitalismo contemporâneo. A análise do “comum como força produtiva” conecta-se diretamente com debates sobre trabalho vivo, diferença criadora e potência spinozista, oferecendo ferramentas conceituais para compreender como práticas coletivas podem constituir alternativas às formas tradicionais de propriedade. O estudo esforça-se em não romantizar o comum, tentando analisá-lo como produto de lutas e tensões históricas complexas e, por vezes, ambíguas.

RUSCHEL, Caroline Vieira; MILIOLI, Geraldo (Org.). *O comum e os comuns: teoria e prática para um bem viver planetário.* Criciúma: Ediunesc, 2023. A obra busca estabelecer articulação entre teoria e prática. Ao integrar casos concretos de povos tradicionais, experiências agroecológicas e questões urbanas, os organizadores demonstram como os frameworks teóricos do comum podem ser operacionalizados em contextos específicos, conferindo maior robustez empírica às discussões conceituais. No geral, os autores buscam pensar a implementação do comum através de vias reformistas que prezam pelo desenvolvimento gradual, institucional e legal do comum, enxergando

nessa processualidade mais lenta uma via para constituições mais sólidas de laços de comunalidade.

9. ECONOMIA (PRODUÇÃO INTERNACIONAL TRADUZIDA)

- Livros

RICOVERI, Giovanna. *Bens comuns versus mercadorias.* Rio de Janeiro: Multifoco, 2012. A obra oferece uma análise comparativa entre lógicas distintas de organização social e econômica. O termo “versus” sugere diferentes rationalidades para a gestão de recursos e relações sociais. A autora desenvolve uma argumentação que demonstra como a mercantilização progressiva dos bens comuns representa uma ruptura histórica com formas tradicionais de gestão coletiva de recursos. Esta publicação contribui para os estudos do comum ao fornecer análise crítica dos processos de cercamento contemporâneos e ao mapear experiências alternativas de gestão coletiva, tornando-se referência importante para compreender tensões entre comuns e capitalismo.

10. EDUCAÇÃO (PRODUÇÃO NACIONAL)

- Teses

VIEIRA, Miguel Said. *Os bens comuns intelectuais e a mercantilização.* Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, 2014. Trata-se de uma investigação aprofundada sobre as relações entre bens comuns intelectuais e processos de mercantilização. A obra oferece um arcabouço teórico-metodológico fundamental para compreendermos como a literatura e a produção cultural se situam entre lógicas de compartilhamento e apropriação privada.

11.1. FILOSOFIA (PRODUÇÃO INTERNACIONAL TRADUZIDA)

- Livros

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI.* São Paulo: Boitempo, 2017. A obra articula o conceito de "comum" como um princípio político de caráter revolucionário, distinguindo-o de uma mera coisa ou bem para concebê-lo

como uma práxis instituinte. Para tanto, os autores desenvolvem uma arqueologia conceitual, que remonta às suas origens no direito romano e se estende às lutas sociais contemporâneas. Em paralelo, é apresentado um mapeamento de conflitos atuais centrados na disputa pelo comum, o que permite aos autores postularem a emergência de uma nova quadra de lutas históricas: a luta pelo comunal. Não obstante, a análise demonstra como principal fragilidade um olhar excessivamente centrado no panorama europeu.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017. Esta obra nos auxilia a compreender a destruição histórica das relações comunais através dos cercamentos e da caça às bruxas. Federici aborda como a acumulação primitiva destruiu formas comunais de vida, particularmente aquelas mantidas por mulheres. Sua análise feminista revela dimensões frequentemente ignoradas na literatura sobre o comum, especialmente a relação entre patriarcado e privatização. A obra peca, contudo, por momentos de generalização histórica e por uma ênfase eurocentrada.

FEDERICI, Silvia. Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns. São Paulo: Elefante, 2022. Análise feminista sobre os comuns, que conecta a destruição histórica dos comuns com a opressão das mulheres. Federici examina desde os cercamentos na Inglaterra até as lutas contemporâneas no dito “mundo subdesenvolvido ou em desenvolvimento”, destacando o papel central do trabalho reprodutivo. A autora reduz o olhar eurocentrado do livro anterior e amplia a visão do comum para além do universo europeu.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Bem-estar comum. Rio de Janeiro: Record, 2016. Esta obra representa um desenvolvimento crucial no pensamento dos autores em direção ao comum. Hardt e Negri desenvolvem uma ontologia do comum que transcende a dicotomia público/privado, propondo o comum como princípio organizador de uma nova forma de democracia. A obra é particularmente forte ao articular o comum com movimentos sociais contemporâneos, embora possa ser criticada por seu otimismo excessivo quanto às possibilidades revolucionárias da multidão e por não oferecer mecanismos institucionais concretos para a gestão do comum.

11.2. FILOSOFIA (PRODUÇÃO NACIONAL)

▪ **Teses**

MARINO, Mario Antunes. *O comum como razão governamental.* 2024. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. A tese representa uma inflexão crítica significativa nos estudos do comum no Brasil, oferecendo uma perspectiva radicalmente distinta das abordagens predominantemente celebratórias que caracterizam o campo. Ao articular o conceito de comum com a analítica foucaultiana da governamentalidade, Marino produz um deslocamento epistemológico fundamental que questiona as bases teóricas estabelecidas. A principal inovação teórica da tese reside na problematização genealógica do comum, tratando-o não como conceito emancipatório dado, mas como dispositivo de poder historicamente constituído. Esta abordagem representa uma ruptura metodológica com a literatura predominante, que tende a assumir o caráter intrinsecamente progressista do comum.

SILVESTRIN, Darlan. *Ontologia e ética do comum: uma contribuição de Antonio Negri.* 2024. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2024. A principal contribuição da tese reside na articulação sistemática entre ontologia e ética no pensamento de Negri sobre o comum. Nesse sentido, são trabalhados os seguintes pontos: a fundamentação ontológica das práticas éticas do comum, a ética como desdobramento da ontologia imanentista e a superação da dicotomia ser/dever-ser nas teorias do comum. Silvestrin também desenvolve uma análise da dimensão biopolítica do comum, enfatizando os seguintes aspectos: a subjetivação como processo constitutivo do comum, a cooperação como fundamento ontológico da vida social e a resistência biopolítica através das práticas do comum.

12.1. GEOGRAFIA (PRODUÇÃO INTERNACIONAL EM PORTUGUÊS)

▪ **Livros**

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.* São Paulo: Martins Fontes, 2014. Trata-se de uma análise geográfica marxista sobre o comum urbano e o direito à cidade. Nela, Harvey desenvolve o conceito de “comum urbano” como um produto

do trabalho coletivo de rebelião. Como crítica, pode-se apontar que a análise, talvez por seu pequeno escopo, por vezes deixa de lado aspectos culturais e subjetivos.

▪ **Entrevistas**

HARVEY, David. O Comum não é uma miragem. Jacobin América Latina, 25 out. 2022. Entrevista concedida a Estefanía Martínez. Tradução: Rôney Rodrigues. Harvey apresenta uma concepção ampliada do comum que rompe com as limitações das teorias clássicas. Em vez de focar nos “recursos comuns” no sentido tradicional de Ostrom, o geógrafo propõe uma visão do comum como infraestrutura social universal. Sua proposição de concentrar esforços estatais em três pilares — moradia, educação e saúde gratuitas e universais — representa uma reformulação radical do comum como base material para a reprodução social coletiva. Essa abordagem ambiciona superar tanto o romantismo ecológico quanto o economicismo que frequentemente caracterizam os estudos sobre o tema. Harvey defende que o comum deve ser pensado como um contraponto estrutural à “massa crescente” de acumulação capitalista, oferecendo uma alternativa concreta à lógica da mercantilização.

▪ **Artigos**

Observação: Parece-nos relevante lamentar a não tradução de **HARVEY, David. The future of the commons. Radical History Review, n. 109, p. 101-107, 2011.** Consideramos este um texto basilar para uma melhor compreensão das possibilidades e contradições associadas ao comum. Nele, Harvey problematiza romantizações ou essencializações do comum, alertando para o perigo de sua cooptação pelo capital, e propõe pensar o comum urbano como espaço de luta política, não como um recurso dado.

12.2. GEOGRAFIA (PRODUÇÃO NACIONAL)

▪ **Livros**

CAMPOS, Nazareno José de. Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico-espacial. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011. Esta é uma investigação histórico-geográfica abrangente que traça a evolução das terras de uso comum no Brasil desde o período colonial até o século XXI. A obra oferece uma contribuição significativa aos estudos do comum ao

sistematizar espacialmente as diferentes modalidades de uso comum (campos comunais, faxinais, fundos de pasto, terras de santo, etc.) e sua distribuição territorial, evidenciando a persistência histórica dessas formas de organização social apesar das pressões modernizadoras. Campos articula a análise histórica com a geografia agrária, demonstrando como as terras comuns constituem uma “terceira via” entre a propriedade privada e a estatal. Sua abordagem histórico-espacial revela também a importância dessas formas para a reprodução de variados grupos sociais e sua resistência aos processos de mercantilização da terra.

▪ **Teses**

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Comum urbano: a cidade além do público e do privado. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Período sanduíche no City Institute - York University. Trata-se de uma análise cuidadosa sobre o comum no contexto urbano brasileiro, que discute ocupações, movimentos sociais e o direito à cidade. É uma tese bem fundamentada que consegue articular teorias internacionais com a realidade brasileira, embora pudesse explorar mais casos empíricos.

13.1. HISTORIOGRAFIA (PRODUÇÃO INTERNACIONAL TRADUZIDA)

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Esta obra contribui para os estudos do comum ao revelar a história oculta do proletariado atlântico nos séculos XVII e XVIII. Os autores reconstruem as práticas comunais e resistências coletivas de marinheiros, escravos e trabalhadores que, embora indispensáveis ao desenvolvimento do capitalismo, desenvolveram formas de organização social que transcendiam as fronteiras nacionais e étnicas. A metáfora da “hidra” é particularmente relevante para os estudos do comum, pois ilustra como as práticas comunitárias ressurgiam constantemente apesar da repressão capitalista. A obra documenta como esses grupos desenvolveram uma cultura internacional, multiétnica e multicultural baseada em solidariedades práticas e conhecimentos compartilhados, constituindo formas de comum que antecederam e resistiram à acumulação primitiva do capital.

SCOTT, Julius S. *Vento comum: correntes afro-americanas na era da revolução haitiana*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2024. Esta obra complementa os estudos do comum ao examinar as redes de comunicação e solidariedade que conectaram as populações afro-americanas durante a era revolucionária. O conceito de “vento comum” sugere como informações, práticas culturais e estratégias de resistência circulavam através das correntes atlânticas, criando uma forma de comum informacional e cultural que sustentava as lutas contra a escravidão e a dominação colonial.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Neste estudo sobre a Lei Negra (1723) e a criminalização dos usos florestais comuns, Thompson demonstra como a lei serviu aos cercamentos das florestas reais. Trata-se de um estudo rigoroso de história social do direito e dos *commons*, cuja abordagem micro-histórica se tornou, inclusive, um substrato empírico fundamental para o estudo de Dardot e Laval (2017), já referenciado neste levantamento.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Trata-se de uma obra basilar que revolucionou a historiografia sobre o comum ao demonstrar como os "costumes" constituíam uma economia moral e uma defesa dos comuns das classes populares inglesas. Thompson analisa com refinamento extraordinário as práticas consuetudinárias — desde os direitos de respiga até os rituais de *rough music* — como formas de resistência aos cercamentos e à mercantilização, bem como salvaguardas das relações comunais. Sua reconstrução dos *commons* como um campo de luta de classes, e não como relíquia feudal, transformou a área de estudos. O conceito de “economia moral” tornou-se paradigmático para entender como as comunidades defendiam noções de justiça e direito consuetudinário. Embora tenha foco na realidade inglesa do século XVIII, a obra correlaciona essa reflexão central com outras realidades, que vão dos comuns neozelandeses aos indianos, da Indochina à China. Além disso, o autor já apresenta a pluralidade interna das relações comunais, incorporando mulheres e forasteiros à discussão. Isso contribui para uma visão não romantizada da questão, ao tratar da emergência de conflitos, de pressões internas pela “descomunalização” e das ferramentas que visavam excluir forasteiros das relações comunais. Provavelmente por esses motivos, o livro serviu de inspiração tanto para a produção historiográfica nacional aqui arrolada quanto para produções

de teor filosófico-político, a exemplo do estudo de Dardot e Laval (2017), já referenciado neste levantamento.

13.2. HISTORIOGRAFIA (PRODUÇÃO NACIONAL)

MOTTA, Márcia Maria Menenes. Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito (1795-1824). São Paulo: Alameda, 2012. A obra examina o período crucial de transição entre o sistema sesmarial e a Lei de Terras de 1850, revelando como as práticas costumeiras de uso comum foram sendo progressivamente criminalizadas. A autora demonstra cuidadosamente como o conceito de propriedade absoluta foi uma construção histórica que encontrou resistência nas práticas comunais estabelecidas. Sua análise documental é exemplar, utilizando processos judiciais para revelar os conflitos entre diferentes concepções de direito à terra. A limitação temporal do estudo, porém, deixa em aberto questões sobre a continuidade dessas práticas no período imperial tardio e mesmo além.

RELLY, Eduardo. Sob a sombra dos commons: capital social, meio ambiente e imigração alemã no Brasil meridional. São Paulo: Oikos, 2020. O ensaio de Relly oferece uma contribuição histórica fundamental aos estudos do comum ao analisar como práticas comunitárias alemãs foram adaptadas ao contexto brasileiro. O autor demonstra que “a picada teuto-brasileira é herdeira histórica de uma tradição anterior ao processo de imigração: a governança camponesa das terras comunais da Alemanha”. Para os estudos do comum, esta análise é significativa porque documenta processos concretos de transferência e adaptação de formas de gestão coletiva entre diferentes contextos culturais. A pesquisa evidencia como “grupos sociais considerados ‘externos’” conseguiram manter práticas comunitárias mesmo em contextos de colonização, gerando “baixa relativa dos custos de transação social”. A obra contribui para superar romantizações dos *commons* ao analisar também os processos de “inclusão e exclusão” inerentes às práticas comunitárias. O conceito de “capital social” desenvolvido pelo autor oferece ferramentas para compreender como as relações de confiança e reciprocidade constituem os fundamentos materiais para a sustentabilidade de sistemas de gestão coletiva, enriquecendo os debates contemporâneos sobre a viabilidade e a governança dos *commons*. Além disso, o autor realiza análises comparativas de difícil execução, que mostram como as zonas de influência comunal, na contemporaneidade, apresentam um desenvolvimento econômico muito mais sustentável.

14. MANIFESTAÇÕES COMUNICACIONAIS (PRODUÇÃO NACIONAL)

- **Páginas virtuais**

Creative Commons Brasil. Material online. <https://br.creativecommons.net/> Último acesso: 14/08/25. Trata-se de um espaço virtual comum onde são veiculadas publicações e guias práticos desenvolvidos pela iniciativa Creative Commons no Brasil. Esses materiais são fundamentais para compreender a dimensão do comum no campo da cultura e do conhecimento na era digital. Eles explicam o funcionamento das licenças abertas, que permitem o compartilhamento e a recombinação de obras de forma legal, desafiando a lógica restritiva do copyright. A importância destes textos é eminentemente prática, oferecendo ferramentas para que artistas, produtores culturais, pesquisadores e educadores possam efetivamente "comunizar" seus trabalhos.

Instituto Procomum. Material online. <https://www.procomum.org/> Último acesso: 14/08/25. Trata-se de um portal brasileiro dedicado ao comum, que oferece biblioteca, mapeamentos e ferramentas. É uma referência nacional sobre o tema que articula teoria, prática e articulação política.

15. OBRAS COLETIVAS PROFUNDAMENTE INTERDISCIPLINARES

- **Livros**

D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos (Org.). Decrescimento: vocabulário para um novo mundo. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. Esta obra coletiva vincula os estudos do comum ao “decrescimento” como um paradigma que questiona a lógica expansionista do capitalismo. O formato de “vocabulário” permite uma abordagem multidisciplinar e acessível de conceitos-chave para repensar modelos econômicos e sociais. O decrescimento, no sentido construído nesta obra, pressupõe formas alternativas de organização econômica baseadas na gestão coletiva de recursos, na relocalização da produção e no compartilhamento de bens e serviços. A obra conta, inclusive, com um verbete sobre os “commons”. A equipe interdisciplinar que produziu os verbetes é composta principalmente por economistas, sociólogos e ecologistas, incorporando também pensadores de praticamente

toda a área das humanidades. Infelizmente, não há a participação de nenhum historiador acadêmico.

DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (Org.). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB/LASTROP, 2001. Esta coletânea do NUPAUB (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras) representa um marco nos estudos do comum no Brasil ao apresentar “textos teórico-práticos sobre o tema da apropriação comunal dos recursos naturais e sua relação com a conservação das matas, rios e mares brasileiros”. A obra é particularmente significativa por conectar questões ambientais com formas tradicionais de gestão coletiva, demonstrando como comunidades locais desenvolveram sistemas sustentáveis de manejo de recursos. A publicação oferece evidências empíricas de que a gestão coletiva pode ser mais eficaz que a propriedade privada ou estatal na conservação ambiental. A abordagem interdisciplinar, envolvendo “cientistas sociais e naturais”, fortalece a argumentação sobre a viabilidade dos comuns como alternativa para enfrentar crises ecológicas. Além disso, a obra contribui para a polêmica contra a “tragédia dos comuns” de Hardin, demonstrando, por meio de casos brasileiros, como a apropriação comunal pode gerar conservação e sustentabilidade. Apesar de conter textos internacionais e nacionais oriundos de disciplinas variadas, chama a atenção a ausência de historiadores acadêmicos.

GALINA, Luiz Deoclecio Massaro (Dir.); POLLINI, Denise (Org.). Comum: Pela Política e Estética da Partilha. São Paulo: SESC, 2025. Esta coletânea representa uma contribuição significativa aos estudos do comum ao articular perspectivas teóricas com experiências práticas de comunicação em contextos latino-americanos e europeus. O volume expande o conceito de comuns para além dos bens naturais tradicionais, incorporando dimensões imateriais como conhecimento, cultura, finanças públicas e confiança social. Merece destaque a proposta de Maria Lucia Fattorelli de aplicar a lógica dos comuns ao sistema da dívida pública, democratizando o conhecimento sobre finanças estatais. Giuliana Ciancio, por sua vez, introduz o conceito de “clusters emocionais” para analisar as respostas coletivas ao neoliberalismo, contribuindo para uma compreensão mais matizada do papel das emoções na política dos comuns. Já Pascal Gielen desenvolve uma “estética da confiança”, argumentando que a confiança social deve ser compreendida como um bem comum

construído em espaços semipúblicos. Embora reúna uma considerável gama de especialistas, a obra não conta com a contribuição de historiadores.

KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (Org.). Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento. Tradução de Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Elefante, 2021.

Pluriverso representa uma das mais ambiciosas contribuições aos estudos do comum ao reunir “conceitos de vida alternativos ao capitalismo” em formato de dicionário crítico. A obra documenta e sistematiza experiências comunitárias de povos indígenas, camponeses e pequenos grupos em escala global, demonstrando a vitalidade de práticas baseadas na gestão coletiva de recursos e na reciprocidade. Para os estudos do comum, esta coletânea é fundamental porque oferece evidências empíricas de que alternativas ao desenvolvimento capitalista não são apenas possíveis, mas já estão sendo praticadas em diversos contextos. A diversidade de conceitos apresentados — do Bem Viver ao software livre, da pós-economia aos salários para o trabalho doméstico, do swaraj ao decrescimento, do ubuntu ao amor queer — amplia significativamente o vocabulário teórico-prático dos comuns. A obra contribui decisivamente para superar visões eurocêntricas, demonstrando como diferentes culturas desenvolveram formas próprias de organização social baseadas na communalidade e na sustentabilidade. Apesar de reunir contribuições que vão da teologia ao ativismo decolonial, passando por especialistas em saúde pública, o volume não teve qualquer verbete produzido por historiadores acadêmicos.

MORAN, Emilio F.; OSTROM, Elinor (Org.). Ecossistemas florestais: interação homem-ambiente. São Paulo: Senac; Edusp, 2009.

A obra contribui para os estudos do comum ao evidenciar como recursos naturais complexos podem ser sustentavelmente gerenciados por meio de arranjos institucionais locais, incorporando conhecimento tradicional e científico. Não conta, entretanto, com a participação de historiadores acadêmicos.

MOTTA, Márcia Maria Menedes; MARTINS, Mônica de Souza Nunes (orgs). História e parceria. Rio de Janeiro: NUPEP, 2018.

Embora a coletânea “História e Parceria” não se dedique centralmente ao estudo do “comum”, a obra se desdobra em textos que tangenciam a questão e apresentam contribuições de ordem metodológica e epistemológica para essa área

de estudos. Além disso, é a única obra que identificamos na qual historiadores acadêmicos lançam um olhar interdisciplinar e coletivo sobre essa problemática.

POTEETE, Amy R.; OSTROM, Elinor; JANSSEN, Marco A. (Orgs.) Trabalho em parceria: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos. São Paulo: SENAC, 2011. O livro oferece uma abordagem metodológica robusta para o estudo da ação coletiva e gestão de bens comuns. A obra se destaca por propor múltiplos métodos de análise, superando as limitações de abordagens monometodológicas tradicionais. Sua contribuição central reside na demonstração empírica de como comunidades podem autogerir recursos compartilhados sem recorrer necessariamente ao controle estatal ou à privatização - desafiando assim a "tragédia dos comuns" de Garrett Hardin. Não teve, contudo, a participação de historiadores acadêmicos.

SANTIAGO, Homero; TIBLE, Jean; TELLES, Vera (Org.). Negri no trópico 23°26'14". São Paulo: Autonomia Literária, Editora da Cidade, n-1 edições, 2017. Esta obra coletiva representa uma importante contribuição aos estudos do comum ao tensionar o pensamento de Antonio Negri em relação ao contexto brasileiro e latino-americano. A referência geográfica no título (coordenadas do Trópico de Capricórnio) sugere uma análise situada das proposições negrianas sobre multidão, comum e império no Sul Global. Para os estudos do comum, a obra é relevante por reelaborar conceitos centrais da teoria política contemporânea — como trabalho imaterial, produção biopolítica e o comum — em vista das especificidades das lutas sociais latino-americanas. A publicação também se destaca pela presença do texto “**O comum como modo de produção**”, de Antonio Negri, que sintetiza sua posição sobre o tema. Apesar de agregar textos nacionais e internacionais de diversas disciplinas, a coletânea não conta com a contribuição de nenhum historiador acadêmico.

SOLÓN, Pablo (org.). Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019. Esta coletânea organizada por Pablo Solón representa uma contribuição importante aos estudos do comum ao sistematizar e articular diferentes correntes teóricas e práticas que convergem na busca por alternativas ao sistema capitalista dominante. A obra se destaca por sua abordagem multidimensional, conectando tradições epistêmicas diversas que compartilham a valorização

de formas comunitárias e coletivas de organização social. É sentida, contudo, a ausência de historiadores acadêmicos.

16. PSICOLOGIA

▪ Teses

ROCHA, Matheus Barbosa da. *Os batuques que ecoam e ladrilham pelas ruas de Natal (RN): a Nação Zambêracatu e a experiência do estar-e-do-fazer-em-comum.* Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024. A tese representa uma contribuição inovadora aos estudos do comum no Brasil ao deslocar o foco das elaborações teóricas abstratas para a investigação etnográfica de práticas culturais específicas. Esta perspectiva envereda para uma linha de pesquisa que territorializa o conceito de comum através da análise de manifestações culturais afro-brasileiras concretas. A tese desenvolve uma conceituação experiencial do comum, demonstrando como práticas musicais e corporais produzem efetivamente experiências de communalidade.

17.1. SOCIOLOGIA (PRODUÇÃO INTERNACIONAL TRADUZIDA)

Livros

BLEIL, Susana. *MST: a construção do comum.* São Paulo: Editora Contracorrente, 2024. A obra dedica-se a analisar uma das mais significativas experiências brasileiras de organização coletiva: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O título sugere uma abordagem que vai além da análise tradicional de movimentos sociais, focando nos processos de “construção do comum” desenvolvidos pelo movimento. Para os estudos do comum, esta análise é de grande relevância porque o MST desenvolve práticas concretas de gestão coletiva da terra, produção cooperativa e educação popular que materializam princípios teóricos do comum. A obra contribui significativamente para o campo ao documentar e analisar como experiências de luta pela terra no Brasil constituem formas originais de comum, oferecendo elementos empíricos para debates teóricos sobre alternativas ao capitalismo e demonstrando a viabilidade prática de organizações baseadas na gestão coletiva de recursos.

CICCHELLI, Vincenzo. *Plural e comum: sociologia de um mundo cosmopolita.* Tradução de Adriana Zavaglia. São Paulo: Edições Sesc, 2018. A obra de Cicchelli contribui para os estudos do comum através de uma abordagem sociológica inovadora que tensiona o comum em relação ao pluralismo cultural e ao cosmopolitismo. O autor investiga "a pluralidade de povos e culturas como base de um mundo comum", propondo uma reflexão sobre como diferenças podem constituir fundamento para communalidade global. Para os estudos do comum, esta perspectiva é relevante porque busca superar dicotomias entre particular e universal, demonstrando como a diversidade cultural pode ser condição para a construção de comuns planetários. A noção de "cosmopolitismo" desenvolvida por Cicchelli oferece ferramentas conceituais para pensar formas de comum que não homogeneízem diferenças, mas que as articulem como potência criativa. A obra contribui significativamente para debates contemporâneos sobre comuns globais, mudanças climáticas e governança mundial, oferecendo alternativas às lógicas nacionalistas e neoliberais.

17.2. SOCIOLOGIA (PRODUÇÃO NACIONAL)

Livro

SAVAZONI, Rodrigo Tarchiani. *O comum entre nós: da cultura digital à democracia do século XXI.* São Paulo: Edições SESC, 2018. A obra constitui uma investigação sistemática sobre a construção e evolução do conceito de comum a partir da expansão das redes digitais no final dos anos 1990. Savazoni desenvolve uma cartografia teórica e prática do comum, explorando suas manifestações desde os recursos naturais tradicionais até as novas formas de produção colaborativa digital, passando pelas experiências urbanas contemporâneas e pelos saberes ancestrais ameríndios. Sua principal virtude reside na capacidade de oferecer um panorama abrangente e contextualizado, funcionando como plataforma para investigações mais específicas. Uma possível crítica pode apontar que muitos casos empíricos são apresentados de forma ilustrativa, sem análise densa de suas contradições internas. Contudo, esse aprofundamento empírico-analítico foge à proposta da obra.

TIBLE, Jean. *Marx selvagem.* São Paulo: Autonomia Literária, 2020. Oferece uma contribuição inovadora aos estudos do comum ao propor uma releitura não-eurocêntrica do pensamento marxiano. O termo “selvagem” sugere uma apropriação antropofágica de Marx

que incorpora elementos das lutas e cosmologias indígenas, quilombolas e periféricas. Para os estudos do comum, esta perspectiva é fundamental porque recupera dimensões comunais presentes no próprio Marx - especialmente seus escritos sobre formas pré-capitalistas e a comuna rural russa - frequentemente negligenciadas por interpretações ortodoxas. A publicação contribui para o campo ao demonstrar como o pensamento marxiano pode ser “selvagizado” através do diálogo com experiências comunitárias não-europeias, enriquecendo os estudos do comum com perspectivas decoloniais que valorizam saberes e práticas coletivas historicamente marginalizados pelo capitalismo colonial.

TIBLE, Jean. Política selvagem. São Paulo: GLAC Edições, 2022. O livro complementa o projeto teórico de Tible ao desenvolver as implicações políticas de sua releitura antropofágica do marxismo. Para os estudos do comum, essa contribuição é significativa porque propõe formas de organização política que escapam aos modelos estatais e partidários tradicionais, inspirando-se em experiências comunitárias indígenas e quilombolas. A “política selvagem” articula-se diretamente com debates sobre autogestão, horizontalidade e formas não hierárquicas de tomada de decisão que são centrais para as experiências do comum. A obra contribui para o campo ao oferecer ferramentas conceituais para pensar organizações políticas baseadas na communalidade, no consenso e na reciprocidade, dialogando com perspectivas autonomistas e com experiências concretas de movimentos sociais que praticam formas alternativas de política baseadas na gestão coletiva e na democracia participativa.

18. CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS GERAIS

O conjunto dessas obras configura um corpus bibliográfico fundamental para os estudos do comum no contexto brasileiro e latino-americano. Coletivamente, elas nos encaminham para as seguintes considerações:

- 1. Pluralidade teórico-metodológica e política:** os estudos do comum tal como disponíveis em português apresentam rica variedade de reflexões teóricas e recursos metodológicas, às vezes, conflitantes. Os projetos político-sociais vinculados aos estudos do comum também são plurais, podendo variar desde perspectivas de hibridismo socioeconômico ou de reformismo jurídico-institucional até posições revolucionárias de caráter comunista ou anarquista.

2. **Fundamentação teórica:** Articulação entre marxismo heterodoxo, pensamento autonômista e perspectivas decoloniais
3. **Análise empírica:** Estudo de experiências concretas (MST, movimentos indígenas, práticas comunitárias)
4. **Crítica sistemática:** Questionamento das lógicas mercantis e proprietárias dominantes, assim como elaborações críticas continuadas quanto as variadas propostas de desenvolvimento comunal.
5. **Proposições alternativas:** Elaboração de modelos econômicos e políticos baseados na gestão coletiva e alternativos tanto ao neoliberalismo quanto as políticas mais comuns de gestão estatal ou mesmo de gestão socialista.
6. **Perspectiva situada:** Apropriação crítica de teorias europeias a partir de realidades sul-americanas.
7. **Romantização vs. análise crítica:** Muitos textos romantizam o comum como solução universal, ignorando conflitos internos, exclusões e possibilidades de cooptação.
8. **Escala e institucionalização:** Persiste o desafio de pensar o comum além de pequenas comunidades - como escalar sem perder horizontalidade? Várias obras, contudo, ao nosso ver, já apresentaram respostas bastante consistentes para esse ponto. O debate, todavia, continua essencial.
9. **Teoria vs. prática:** Por vezes identifica-se uma lacuna entre certas tendências à sofisticação teórica e as orientações práticas para construir e manter *commons*.
10. **Novos cercamentos:** A literatura disponível no Brasil precisa acompanhar melhor os “novos cercamentos” digitais, financeiros e biogenéticos.
11. **Contribuições relevantes da historiografia nacional:** apesar da pequena produção historiográfica encontrada em português, acreditamos que a historiografia nacional já demarcou algum nível de posição em face do debate, muito embora a produção historiográfica sobre o comum seja significativamente minoritária em relação às produções no campo do direito ou da sociologia, por exemplo.
12. **E. P. Thompson como referência:** para as contribuições arroladas da historiografia nacional, E. P. Thompson figura como uma referência fundamental, parecendo confirmar a possibilidade levantada por nosso artigo de construirmos uma “história do ponto de vista dos comuns” em diálogo com a obra de Thompson.

13. Presença reduzida da historiografia dentro de debates interdisciplinares: a historiografia, a nível nacional e internacional, parece ter ficado um tanto alheia ao debate sobre o comum, havendo pouca ou nenhuma interlocução entre o debate desenvolvido em outras áreas das humanidades e o ofício historiográfico. Contudo, nosso levantamento levou em consideração apenas obras traduzidas no Brasil, não podendo, portanto, constatar de forma realmente fidedigna esse aparente isolamento no meio internacional. Na realidade nacional, nos deparamos com um único, embora excelente, expoente das possibilidades dessa interlocução, trata-se do livro já referenciado “História e parceria”.

Esta bibliografia comentada representa um mapa inicial do campo interdisciplinar dos estudos sobre o comum, que continua em expansão e contestação produtiva.

Texto recebida em julho de 2025. Aprovado em agosto de 2025.